



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,  
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social**

## **LUTAS E ATIVISMO NEGRO: EXPERIÊNCIA DE PARLAMENTARES NEGRAS EM BELÉM DO PARÁ**

**ADRIANA BENEDITA AZEVEDO DA SILVA<sup>1</sup>**  
**MARIA ANTONIA CARDOSO NASCIMENTO<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

A luta e o ativismo negros têm garantido o enfrentamento do racismo no mundo e no Brasil. Nesse processo, o feminismo negro tem se destacado questionando o sexismo dos homens negros e o feminismo branco, fortalecendo resistências. Esta comunicação apresenta, resultados da pesquisa que analisa a vivência de parlamentares negras em Belém do Pará, como uma experiência inovadora na política local.

**Palavras-chave:** Movimento Negro. Feminismo Negro. Política Partidária.

### **ABSTRACT**

Black struggle and activism have guaranteed the fight against racism in the world and in Brazil. In this process, black feminism has stood out, questioning the sexism of black men and white feminism, strengthening resistance. This communication presents the results of research that analyzes the experience of black parliamentarians in Belém do Pará, as an innovative experience in local politics.

**Keywords:** Black Movement. Black Feminism. Party Politics.

### **Introdução**

A despeito das conquistas sociais e econômicas registradas no Brasil nas duas últimas décadas do século XXI, a igualdade de direitos entre brancas/os, indígenas e negras/os está

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

longe. Mulheres negras permanecem enfrentando várias dificuldades que prejudicam sua existência como sujeito de direitos. A consubstancialidade classe, raça, gênero faz com que mulheres e meninas negras experimentem as piores consequências das desigualdades na educação, no mercado de trabalho, sub-representação política, dentre outras.

Segundo dados do Censo de 2022 (IBGE, 2024) vige a desigualdade no mercado de trabalho quando se relaciona raça/cor e gênero, com as negras em idade de trabalho, vivendo das ocupações informais e, principalmente, permanecendo a maioria no trabalho doméstico desprotegido pelas leis trabalhistas. Essa situação acarreta, por conseguinte, ganhos, que muitas vezes, não se aproximam do salário mínimo vigente. Dados do Anuário da Violência (2024), denunciam que a violência em decorrência do vigor do racismo/sexismo, elevou 49% entre 2022 e 2023, apesar da equiparação dos crimes de injúria e racismo, em 2023. O aumento alarmante da violência contra pessoas negras, afeta numericamente mais mulheres e meninas no Brasil.

Neste contexto de escassos direitos para negras, vinculadas ao segmento mais pauperizado da classe trabalhadora brasileira, a sub-representação delas na política se acentua. Assim, mesmo sendo o segmento populacional maior (cerca de 60 milhões de pessoas), é insignificante sua presença em cargos eletivos, uma realidade presente na política paraense e belenense, como mostra a análise preliminar os dados do projeto de pesquisa sobre a experiência de mulheres parlamentares negras em Belém. Além desta introdução, a exposição está organizada em duas seções: na primeira, se realiza uma breve retrospectiva das lutas e conquistas do Movimento Negro; na segunda parte se apresenta a análise de alguns trechos de relatos das entrevistadas, procurando intercalar com referências teóricas de intelectuais negras por elas mencionadas, finalizando com as algumas considerações.

## **1 História de luta e resistência negra:** Da abolição da escravidão ao Movimento Negro Brasileiro

A história oficial brasileira concernente aos direitos, ocultou as lutas e resistências das/os exploradas/os, oprimidas/os, principalmente em relação as/os indígenas e negras/os, uma lacuna que tem sido preenchida com a recente divulgação de obras e documentos, produzidos especialmente por indígenas e negras/os e que foram apagadas ao longo do tempo. No caso específico da população negra, as novas referências têm chamado atenção para as diversas formas de organizações que foram e estão sendo protagonizadas. Mário Silva (2022) assinala que:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A liberdade figura como uma força social imaginativa importante na agenda do pensamento social negro brasileiro, estando alicerçada em experiências concretas desde o período colonial. A escravidão não impediu que africanos, escravizados, como sujeitos protagonizassem fugas e criassem suas organizações, em mocambos e quilombos. Tampouco processos de insurreição e revoltas. Esses espaços e seus sujeitos aqilombados, revoltosos e insubordinados figuraram na imaginação política e nas lutas insurrecionais desde o final do século XVI até o período da Abolição, no século XIX. Tal imaginação também alcançou [...] lugar na Constituição Federal de 1988. [...] Essa imaginação política da liberdade dos escravizados e seus descendentes foi importante ainda, ao longo do século XX, por ser inspiradora para diferentes movimentos negros [...]. (SILVA, 2022, p. 50).

Nessa direção, Lélia Gonzalez (1982) ao se reportar a particularidade do Movimento Negro, destaca o debate entre particularidade e singularidade:

[...] falar *do* Movimento Negro implica no tratamento de um tema cuja complexidade, dada a multiplicidade de suas variantes, não permite uma visão unitária. Afinal, nós negros, não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis. Os diferentes valores culturais trazidos pelos povos africanos que para cá vieram (iorubas ou nagôs, daomeanos, malês ou muçulmanos, angolanos, congoleses, ganenses, moçambicanos, etc.), apesar da redução à "igualdade", imposta pela escravidão, já nos levam a pensar em diversidade. (GONZÁLEZ, 1982, p. 18).

Observa-se que em uma interlocução crítica com pessoas que defendiam ou tendiam a representar o movimento negro como homogêneo, a autora salienta a positividade de sua heterogeneidade, que não é própria desta organização, mas das práticas sociais, por constituírem-se no contexto da diversidade e da desigualdade, sem perda da singularidade, continuando:

[...] Exatamente porque está apontando para aquilo que os diferencia de todos os outros movimentos; ou seja, a sua especificidade. Só que nesse movimento, cuja especificidade é o signifiante *negro*, existem divergências, mais ou menos fundas, quanto ao modo de articulação dessa especificidade. Deve o negro assimilar e reproduzir tudo o que é eurobranco? Ou só transar o que é afronegro? Ou somar os dois? Ou ter uma visão crítica de ambos? Deve o negro lutar pra vencer na vida através de seu esforço pessoal para, desse modo, provar que é tão capaz quanto o branco? Ou lutar com e pelo conjunto da população negra? Juntamente com não negros também oprimidos? Ou não? Por um espaço nesta sociedade? Ou pela transformação da mesma? Etc, etc. e tal... Os diferentes tipos de propostas a essas questões, e muitas outras, acabam por remeter a gente a falar de movimentos negros... no Movimento Negro. Pois é. (GONZÁLEZ, 1982, p. 19, grifo dos autores).

Para Petrônio Domingues (2007) Movimento Negro pode ser entendido como a luta de negras/os na busca de encontrar uma solução para os problemas que enfrentam na sociedade racista que incidem no lugar que ocupam nos espaços sociais. Desde que a escravidão negra foi instituída no Brasil e quando negras/os tiveram consciência da sua condição de opressão se tem experiências de lutas, resistências e organizações que vão desde revoltas, a formação de

quilombos, a denúncia ao racismo e outras formas de resistência à escravidão e posteriormente aos efeitos desta na vida da população negra no Brasil.

Abdias Nascimento (1978), aponta que no período da colonização até o processo de abolição, negros/as se organizavam no Brasil na luta para fugir da escravidão. Os quilombos foram uma das formas mais importantes de organizações de negras/o em torno de sua causa e surge como uma forma de resistência à violência sofrida com o escravismo. Nessa mesma ótica Clóvis Moura (1981), afirma que isso evidencia o protagonismo negro em sua luta por liberdade através da ação política em que escravizadas/os fugiam do eito e se organizavam nos quilombos, sendo estes uma forma de resistência e combate contra as maneiras perversas com que eram tratados durante a escravidão negra.

O que esses autores apontam é que a escravização negra no Brasil, por séculos, foi marcada pela busca da liberdade, preservação da cultura de matriz africana, pela vida, em que a escravização não foi um processo aceito passivamente por negras/os, como tentou apontar a literatura, majoritariamente branca, que justificava que no Brasil se teve uma democracia racial ou que as relações construídas com base no escravismo negro eram harmônicas.

No ano de 1888, foi sancionada a Lei Áurea, Lei N° 3.353 de 13 de maio de 1888, a qual declarou extinta a escravização no Brasil. Sendo o país, o último a abolir a escravidão negra. A abolição foi um processo resultante não somente dos aspectos socioeconômicos conjunturais de nível mundial, mas também foi consequência da resistência, organização e mobilização de negras/os contra o sistema escravocrata. O acontecimento de 13 de maio, nas palavras de Florestan Fernandes (2017), um dos intelectuais brancos que se recusou a naturalizar a desigualdade entre brancas/os e negras/os e que com Abdias do Nascimento, problematizou a ideologia da democracia racial, ao identifica-la como mito, chama atenção para o caráter revolucionário da abolição:

[...] delimita historicamente a eclosão da única revolução social que se realizou no Brasil. O enlace da desagregação final do sistema de trabalho escravo com a generalização do sistema de trabalho livre configura-se como uma revolução no modo de produção, na ordenação da sociedade civil e na consciência social burguesa. A ela se seguiu uma revolução política, com a implantação da República. As elites no poder da raça dominante exprimiram metaforicamente essa revolução sob a bandeira: “homem livre na Pátria livre”, que deveria unir o fazendeiro, o burguês e o assalariado, especialmente o de origem estrangeira, na conformação da “Pátria livre”. No entanto, só os de cima faziam parte dessa “Pátria” oligárquica emergente; os de baixo foram automaticamente excluídos da sociedade civil que se constituía. Os negros não foram somente espectadores passivos dessa revolução social espontânea. Mas dela foram banidos [...]. (FERNANDES, 2017, pp. 51-52).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Se por um lado e “teoricamente” a abolição significava a liberdade do povo negro contra a opressão, por outro essa liberdade em sua totalidade concreta não encontrou no país a materialidade para ser efetivada plenamente. Isso decorre que a abolição da escravidão negra não significou a solução dos problemas enfrentados por negras/os e tão pouco o fim das desigualdades entre brancas/os e negras/os. A abolição da escravização no Brasil se constituiu nos objetivos perversos da classe dominante, culminando com a condenação de negras/os a uma situação de inferioridade mediante os brancos/as o que se perpetua até os dias atuais. Ela evidenciou a contraditoriedade em que negras/os se encontravam em sua nova realidade social, a de libertas/os com *status* legal de cidadãs/ãos, mas ao mesmo tempo destituídos de direitos e a margem da sociedade.

Segundo Lilian Muller (2009) após a Abolição da escravidão, a movimentação de negras/os se organizava em especial em clubes, associações recreativas, agremiações que buscavam a articulação e a convivência entre eles e elas. Esses espaços objetivavam fazer com que negras/os ocupassem ou participassem de espaços sociais que lhes eram historicamente negados, uma vez que eram excluídas/os da vida recreativa em que brancas/os participavam. Algo que ainda se reflete na sociedade, muitas vezes de forma dissimulada, quando observamos que negras/os são discriminadas/os muitas vezes em espaços que brancas/os consideram não ser locais para frequentarem.

Neste cenário, também aparecia o que foi chamado de *imprensa negra*, referenciada pela bibliografia adotada nesta comunicação, que se constituíam em jornais elaborados por negros para retratar as questões que permeavam suas vidas e que não eram retratadas em outros jornais. Iniciando em São Paulo, a imprensa negra surgiu pela necessidade de enfrentamento da imprensa predominante (branca) a qual não atendia aos anseios e reivindicações da população negra, sendo uma alternativa configurando como uma denúncia contra as opressões vividas pela população negra. (Moura, 2002).

Clóvis Moura (2002) questiona o porquê de um país que se dizia haver uma democracia racial se teve a necessidade de uma imprensa alternativa que buscasse refletir os anseios da população negra, mas também os costumes, hábitos, comportamentos da comunidade afrodescendente que não era (é) somente explorada/oprimida economicamente, mas também discriminada/estigmatizada como inferior pela classe dominante. Ainda segundo o autor, a imprensa negra historicamente ficou na sombra da sociedade, como se não tivesse relevância, de tal forma que sua importância acabou sendo desgastada pela visão branca da imprensa, que



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

acabou marginalizando os jornais negros que foram surgindo. Na década de 1930 é criada a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 16 de setembro de 1931, por Arlindo Veiga dos Santos, Isaltino Veiga dos Santos, Alfredo Eugênio da Silva, Pires de Araújo e Roque Antônio dos Santos. Ela tinha como principal objetivo a ascensão social do/a negro/a. (FERRARA, 1985).

Segundo Lélia Gonzalez (1982, p. 22-23) a FNB se constituiu no “primeiro grande movimento ideológico pós-abolição” ela atraiu milhares de negros, foi precedida por uma imprensa negra que se tornava cada vez mais consciente, além de surgir no principal centro econômico do país, São Paulo, estendendo-se para cidades do interior. Ressalta que a FNB tinha um caráter eminentemente urbano, já que é o negro da cidade que “mais exposto às pressões do sistema dominante, aprofunda sua consciência racial”. A criação da Frente foi um avanço significativo para o Movimento Negro no sentido de uma articulação política mais organizada.

No ano de 1936, a FNB, foi transformada em partido político, o Partido Frente Negra Brasileira. Apesar de conseguirem participar de uma eleição, ela foi um fracasso (FERRARA, 1985). Entretanto, com a instauração do Estado Novo, no ano de 1937, deflagrada pelo golpe de estado de Getúlio Vargas, os partidos políticos dentre eles, o Partido Frente Negra, foram dissolvidos. Mediante a repressão do momento o movimento negro foi esvaziado. Com a queda da ditadura de Vargas, o movimento negro ressurgiu em cena no país, propiciado pela conjuntura de redemocratização experimentada a partir da década de 1940. Desse modo, destaca-se que em 1945 é fundado no Rio de Janeiro, o Comitê Democrático Afro-brasileiro. No ano de 1943 é fundada em Porto Alegre por João Cabral Alves, a União dos Homens de Cor (UHC) que tinha como objetivo contribuir com a *integração* das pessoas negras na vida social e econômica do país. (DOMINGUES, 2007).

Em 1944 foi criado o Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, estando a frente Abdias do Nascimento. Esse teatro apresentou peças, dinamizou a consciência da negritude brasileira, além de editar o jornal O Quilombo, que trazia em suas publicações o pensamento do grupo e os objetivos do TEN. (MOURA, 1992). Sobre o significado do TEN, Abdias Nascimento (1980) destaca que se tratava de uma organização complexa que foi pensada como um instrumento para resgatar os valores negro-africanos, que historicamente são oprimidos e relegados a um plano inferior no âmbito da sociedade e da cultura brasileira, já que há o predomínio de elementos da cultura branca.

A experiência do TEN na luta antirracista, é analisada como um salto qualitativo no processo de tomada de consciência negra, principalmente na formação de atrizes e atores negros



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

na busca de assumir protagonismo não somente nos palcos, mas na sociedade brasileira. Apesar da experiência e avanços que se teve com o TEM no período, seus objetivos tendem a ser alcançados nos últimos três anos do século XXI, em que é possível notar nas telenovelas, programas artísticos, presença mais significativa de pessoas negras, alguns representando personagens principais, diluindo o lugar de coadjuvantes ou insignificantes nas tramas. Uma tendência que se deve a luta do passado e no presente, na disputa entre o antirracista liberal e o anticapitalista emancipatório.

Segundo Moura (1992) o TEN mesmo enfrentando dificuldades financeiras, ideológicas, tendo por vezes que suspender suas atividades nos palcos, sempre buscou problematizar o problema do negro. O TEN foi praticamente extinto no ano de 1968, quando o seu principal dirigente foi para o autoexílio nos Estados Unidos em virtude da denúncia do genocídio negro recorrente no Brasil.

Além das entidades culturais, Lélia González (1982) também aponta para a importância das entidades negras de massas que apesar das dificuldades e tentativas de manipulação, seguiram se constituindo espaço do projeto de resistência cultural, em que o carnaval por meio de sambas enredos, remetiam ao vigor do racismo no cotidiano brasileiro. Mas segundo a autora, o golpe de 1964, levaria a desarticulação das elites intelectuais negras, assim como no processo de integração das entidades de massas dentro da perspectiva capitalista. Com isso, as escolas de samba foram se transformando em empresa da indústria turística sem, contudo, apontar as contradições das relações desiguais anticapitalista/antirracista/antipatriarcal como tem sido observado nos últimos anos.

A luta política de negras/os foi desarticulada com o colapso da democracia que deu início ao regime militar deflagrado com o golpe militar de 1964 e que durou até 1985. Neste de 2024, em que se completa os 60 anos de denúncia deste período de desprezo pelos direitos humanos, tem-se assistido eventos que colocam em evidência a singularidade das práticas terroristas dos militares em relação a militantes e intelectuais negras/os, uma vez que o Estado considerava a crítica antirracista como um desserviço do Movimento Negro à ideia de harmonia entre as raças, difundida mundialmente. As organizações negras foram isoladas e esvaziadas, como bem apontou Lélia González (1981), e mesmo fazendo parte dos movimentos de resistência e de combate à ditadura militar, as organizações negras se encontravam em um processo de marginalização em que suas pautas ficavam engessadas, ante a desmobilização.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

No final da década de 1970, o fortalecimento das pressões pela extinção da ditadura, reacende a reorganização política, protagonizada principalmente por movimentos estudantis, de mulheres, sindicais e negro. O período evidenciava a necessidade da reorganização e de construção de uma unidade entre entidades, organizações, associações negras tanto para denunciar o racismo quanto para enfrentar o regime militar. Se tem início uma forma de protesto reivindicativo no Movimento Negro, deflagrando no ano de 1978 a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que depois passou a ser chamado de Movimento Negro Unificado (MNU). Esse período marca o surgimento do Movimento Negro contemporâneo, em que se tem uma pluralidade de movimentos sociais na luta antirracista.

Flávia Rios (2010) aponta que as manifestações de rua marcaram a retomada da *política negra* ao cenário brasileiro nos anos de 1970, desde então as manifestações do Movimento Negro foram se tornando cada vez mais expressivas e ganhando cada vez mais espaço. Esses protestos demarcam o chamado Movimento Negro na contemporaneidade, sendo que o marco de protestos de caráter reivindicativo foi o ato público promovido nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 07 de julho de 1978, em que um conjunto de organizações negras de diferentes locais do país decidiu se juntar ao movimento que buscava o combate da discriminação racial e a defesa de uma democracia racial.

Lélia González (1981) a discorrer sobre o 07 de julho de 1978, destaca a importância desse marco histórico para o MNU:

[...] o 7 de julho é um marco histórico muito importante para nós, na medida em que se constitui em ponto de convergência para a manifestação, em praça pública, de todo um clima de contestação às práticas racistas, assim como da determinação de levar adiante a organização política dos negros. (GONZALEZ, 1981, p. 48).

O Protesto, foi sustentado pela necessidade de dar mais visibilidade ao problema da discriminação racial no país, conforme sustenta Flávia Rios (2012), sendo que a pauta reivindicativa dessa mobilização trouxe algumas inovações. Na efervescência da movimentação negra no país questionava-se os alicerces da identidade nacional, contestando o mito da democracia racial, construído ideologicamente para atender aos interesses tanto da sociedade racista quanto do capitalismo. Nesse período passa a haver uma aproximação da intelectualidade negra orgânica ao Movimento Negro, com a tradição marxista, devido a influência dos movimentos políticos de esquerda, assim como pelo novo sindicalismo, as movimentações das mulheres e estudantis, evidenciando um discurso mais radicalizado.

O desafio estava colocado para o Movimento Negro, pois era um período que necessitava pensar as estratégias de ação da mobilização de forma a não serem desarticuladas pela repressão militar, e conforme aponta Flávia Rios (2012) o protesto de rua se constituiu na escolha de ativistas negros/as, pois sabiam que o ato seria um marco histórico e as ruas dariam lugar a novos espaços de denúncia, os quais até o momento se encontravam restritos a reuniões, encontros e seminários.

Neste cenário vale ressaltar que no ano de 1986, foi realizada a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, que ocorreu em Brasília nos dias 26 e 27 de agosto. A convocação da Convenção foi enviada a 580 Entidades Negras e Grupos atuantes do Movimento Negro, compareceram 63 entidades, que compreendiam Entidades Negras, Sindicatos, Partidos Políticos e Grupos Sociais, conforme documento da Convenção (1986).

De acordo com a análise de Flávia Rios (2012) fica evidente no documento que o Movimento Negro tinha plena consciência de que mesmo que a luta pela democratização estivesse colocada, eles/as sabiam que as demandas da população negra encontrariam dificuldades para serem atendidas, mas isso não foi empecilho para que o Movimento lutasse por direitos.

A supra mencionada autora (2012, p.51) destaca que depois do ato de 1978, o centenário da Abolição da escravidão se constituiu como o segundo marco nacional do Movimento Negro e sua luta antirracista. A *nova onda* de manifestações dessa vez questionava a data comemorativa de 13 de Maio e teve um maior alcance, uma vez que ele ocorreu na conjuntura de campanha pela reforma constitucional. “[...] tratava-se de uma oportunidade política francamente aberta para a consolidação do movimento negro na cena política nacional”.

Comenta ainda a pesquisadora que na década de 1980 não somente se viu ativistas negros questionarem a data comemorativa de 13 de maio, mas também viu o aparecimento de passeatas e eventos públicos realizados no dia 20 de novembro em vários locais do país. Isso culminou na criação do Memorial Zumbi do Palmares no estado de Alagoas, entretanto o efeito mais significativo que ocorreu em detrimento disso foi o fortalecimento da identidade coletiva assentada nas memórias da escravidão. A trajetória de mobilização sistemática do Movimento Negro teve seu ápice em um evento realizado no ano de 1995, se constituindo no terceiro marco de protesto negro na contemporaneidade: a Marcha do Tricentenário da Morte de Zumbi, que aconteceu em Brasília no dia 20 de novembro de 1995, na gestão do então Presidente Fernando

Henrique Cardoso, que marca o início do fortalecimento da interlocução crítica do ativismo negro com o governo federal e, por conseguinte, as conquistas de negras/os dos últimos 34 anos .

Tal processo evidenciou que uma das conquistas trazidas com os protestos do centenário foi: [...] a construção da Fundação Palmares, um órgão ligado ao Ministério da Cultura, o qual canalizava certas demandas do movimento ligadas ao campo cultural, mas sem capacidade institucional para intervir na redução das desigualdades. (RIOS, 2012, p. 62).

Mediante os acontecimentos, o então presidente teve que reconhecer publicamente, pela primeira vez na história do país, que na sociedade brasileira há a existência de desigualdades raciais e necessitou dá uma resposta as demandas trazidas pelo Movimento Negro. Nesse sentido, Flávia Rios (2012, p. 62) destaca que a contraproposta do Presidente foi a instituição de um grupo de trabalho para debater a questão de modo “criativo”, isso culminou no Decreto Presidencial que formava um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que objetivava a promoção de políticas com vistas a valorizar a população negra.

É inegável que dado o momento histórico a questão racial, assim como as demandas do Movimento Negro adentram na pauta da agenda da política nacional. Isso se tornaria mais marcante nos anos que se seguem, contexto em que se começa a preparação para Conferência de Durban. Em convocação da ONU em 1997, foi realizada, no ano de 2001, na África do Sul, a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata. Nesta Conferência, a ONU, movimentos sociais, governos nacionais, ONGs de todo o mundo se reuniram para debater questões relativas ao racismo, a intolerância e a Xenofobia, buscando formas de enfrentamento de tais questões.

Destarte, a partir da Conferência de Durban se teve dois documentos que iriam influenciar a adoção de políticas públicas de combate ao racismo no mundo, quais sejam: a Declaração de Durban e o Programa de Ação, adotados em 08 de setembro de 2001, em Durban na África do Sul, sendo o Brasil um dos países signatários. Vale destacar que entre os ganhos trazidos com os documentos se tem a utilização do critério de autodeclaração de cor/raça nos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como das primeiras políticas afirmativas para a inserção de negras e negros no ensino superior oriundas/os de escola pública. Também foi a partir dessas normativas que se conseguiu aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, que traz um novo paradigma de enfrentamento ao combate do racismo no Brasil e as leis que têm legislado sobre as cotas de gênero na política, com ressalva para a singularidade das negras.

## **2. A influência das organizações e movimentos negros e feministas negras na trajetória de vida e política de parlamentares negras belenenses**

Conforme o exposto no item anterior, apesar de historicamente a população negra se encontrar alijada dos espaços de poder, de participação, destituída de direitos foi em virtude de sua luta, organização nos movimentos sociais em geral e, principalmente no Movimento Negro, que algumas de suas demandas puderam ser efetivadas. Nesse sentido, destaca-se que mesmo que se tenha tido alguns avanços em relação a população negra, muitas barreiras ainda precisam ser rompidas, com destaque para aquelas concernentes a participação nos espaços de poder, uma vez que a população negra, destacando aqui as mulheres negras, ainda continua sendo sub-representada pela população branca tanto masculina quanto feminina nos espaços políticos e de poder.

Nesse processo é importante destacar que a formação capitalista, patriarcal, racista da sociedade, com destaque para a brasileira, relegou por muito tempo as mulheres à invisibilidade dos espaços públicos, sendo a participação política a mais difícil de enfrentar, por ser a política o lugar das decisões e do poder, historicamente usufruído pelos homens. Nesses espaços as mulheres são sub-representadas e assim como em outros estão suscetíveis a sofrer violências. No caso das mulheres negras, a situação é ainda mais complexa, tendo em vista que o número delas na política institucional e nos parlamentos ainda é restrita sendo sub-representadas tanto por homens brancos, mulheres brancas e homens negros, o que reflete as desigualdades e desvantagens marcadas pela hierarquia de privilégios estruturados por classe, raça, etnia, gênero.

Nesse cenário, é evidente que a inserção de mulheres negras nos espaços de poder político, mesmo que de forma relativamente pequena, foi conquistado em especial pela organização e pela luta dessas mulheres para ocupar esses espaços, dar voz as suas demandas que historicamente são silenciadas. Essas mulheres, tem uma trajetória de luta política, de resistência e organização, que muitas vezes, foram ou são influenciadas pelo Movimento Negro e pelo feminismo e/ou o imbricamento dos dois, como tem chamado atenção Lélia González, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Djamilia Ribeiro, dentre outras, que estão presentes nas referências de assistentes sociais pesquisadoras da questão.

Os dados da pesquisa de campo do projeto que subsidia essa comunicação concernentes a experiência de parlamentares negras do município de Belém do Pará e sua aproximação ou a influência que os Movimentos Sociais Negros tiveram em suas trajetórias política e de vida,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

confirmam a inferência acima. A presença de mulheres negras na câmara de deputados e de vereadores local data da primeira década de 2000. Hoje existe uma deputada estadual e três vereadoras. A amostra da investigação contempla as negras com e sem mandatos, que estão disputando o pleito de 2024. Todas são ligadas ao campo progressista e tiveram como pautas de suas campanhas, a defesa da unidade na diversidade, por se autodeclararem pertencentes ao segmento negro da classe trabalhadora, hetero, bissexuais, feministas, defensoras das pessoas trans e ativistas dos movimentos sociais dentro e fora das redes sociais.

A publicização da autoidentificação múltipla é uma inovação na política brasileira em geral e, na belenense, em particular, uma vez que a maioria das mulheres brancas que desafiavam o patriarcado ao se tornarem elegíveis na política partidária, não costumavam pautar outra identidade a não ser de mulher cisgênero heterossexual mãe. Esse novo perfil de parlamentar e de pauta legislativa se impõe na agenda dos movimentos sociais, associações e, por conseguinte, dos estudos e pesquisas que se orientam pela defesa dos direitos e da democracia.

Diante disso, a despeito das formas de acesso as organizações negras, destacando o feminismo negro as parlamentares destacaram que:

[...] eu parto de uma ideia, de que o nosso feminismo tem que ser um feminismo antirracista e de classe, então é um feminismo que tem que ser voltado para defesa das mulheres trabalhadoras, pra defesa dos direitos, principalmente das mulheres negras que são aquelas que sofrem mais com todo o processo de desigualdade social e do patriarcado e eu entendo assim que nos últimos anos para além do estudo sobre o que é ser feminista, o que é ser mulher negra, as vivências que me trouxeram aqui foram importantes, primeiro o levante de mulheres na primavera feminista de 2015, porque antes disso não entendíamos bem o que é ser feminista, era algo muito abstrato e a partir de 2015 foi quando a gente começou a se reafirmar. (V.R., ex-deputada federal, 2023).

É não é automático, tu enquanto mulher, enquanto pessoa negra entreres na militância, enfim, por qualquer motivo que seja tu entreres na militância e tu te descobrires por exemplo feminista, então eu entrei na militância é, isso em 2002, eu cronologicamente, lembro por conta de um curso que a gente teve no meu antigo partido que era o PSTU é e nós passamos por um curso que era sobre a questão de gênero, de mulheres, combate ao machismo e tudo mais, então foi somente a partir de 2005, quando eu saí do PSOL, Em 2010 eu participei do curso que eu me descobri uma militante feminista, então a partir daí eu fui estudar mais, ler mais, saber o que que era as lutas feministas no Brasil e no mundo e ainda tô estudando, porque é um processo contínuo de formação e tudo mais. (G. F., co-vereadora, 2023).

Conforme se observa, a aproximação das entrevistadas com feminismo negro, organizações, ela se dá principalmente pela necessidade de combate ao racismo, ao machismo, sendo que há uma aproximação por meio de um levante de mulheres e outro que ocorre por uma aproximação político partidária, mas que expressam que há uma complexidade em se perceber



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

como uma militante feminista e negra, uma vez que, historicamente as demandas das mulheres negras foram invisibilizadas dentro do movimento feminista hegemônico branco que universaliza as demandas de mulheres brancas e negras como se elas vivenciassem as mesmas formas de opressão (González, 1982, Carneiro, 2019).

O *universalismo branco* conforme questiona Cida Bento (2020) historicamente beneficiou as mulheres brancas, em determinado grau, dentro das relações sociais. Evidente que as mulheres negras não se calaram, o que as levou a buscar formas de questionar a realidade que vivenciavam, as opressões que sofriam e que não condiziam com as mesmas opressões que acometiam as mulheres brancas.

Diante disso, o feminismo negro surge enquanto pensamento que chama atenção para a necessidade das análises da realidade a partir da visão de feminismo negro, em que confronta as ideias trazidas pelo pensamento feminista hegemônico branco, o qual não considerava a estrutura de raça em suas análises. O discurso trazido, em especial por feministas brancas de que a opressão da mulher é universal, generalizante, na verdade não dá conta da diferença de experiências sofridas e vividas por mulheres negras e, quando se pensa de forma a igualar as opressões sem racializar as opressões dentro do movimento de mulheres, acaba por beneficiar as mulheres brancas. (HOOKS, 2015; COLLINS, 2012).

Nesse sentido cabe destacar a fala das entrevistadas em relação as referências teóricas do feminismo negro que pautam suas jornadas de vida e na política.

Tem algumas autoras que eu julgo importantes, nacionais e internacionais, a Nanci Frazer, a Angela Davis, aqui também eu busco muito beber nas leituras nossas além da Lélia Gonzales, a gente tem aqui, por exemplo, a Nilma Bentes, a Zélia Amador de Deus, são referências no movimento negro e que muitas vezes são esquecidas, ignoradas e a gente precisa falar também sobre essas mulheres, falar sobre a professora Luzia que está a frente do GEPEM. Então mulheres até que de outra geração, de uma geração anterior a nossa, e que nós hoje temos que beber da fonte delas pra poder enriquecer nossos conhecimentos pra poder, também, escrever, pra poder deixar nossas contribuições pra não partir do zero, mas do que elas produziram, do que elas vieram arrumando ao longo do tempo. (V.R., ex-deputada federal, 2023).

As lideranças feministas e negras que se tornaram referência pra mim, eu passei a consumir muito é a própria Angela Davis porque não é possível a gente falar de feminismo negro, sem ler, estudar Angela Davis, mas eu também referencio a professora Zélia Amador de Deus que tem livros não é? tem elaborações, é uma mulher preta que por muito tempo foi apagada, inclusive dentro da academia, então a professora Zelia pra mim é uma grande referência, e a própria Marielle Franco, que foi a nossa vereadora do Rio de Janeiro, que foi assassinada em 2018 é uma grande referência, uma mulher bissexual, periférica, favelada e tudo mais por todo o legado que ela defendeu. (G.F., co-vereadora, 2023).

As minhas referências são Zélia Amador, Nilma Bentes aqui e com certeza as de fora Audre Lorde e Angela Davis. (N.L., vereadora, 2023).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Conforme se observa entre as feministas negras internacionais, Angela Davis figura como uma das principais referências das parlamentares negras entrevistadas, a nível local foi destacado a professora da UFPA, Zélia Amador de Deus, que junto com Nilma Bentes, em 1980, teve participação relevante na criação do Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), ou seja, no contexto da mobilização nacional elucidada no item anterior. Outro dado registrado nos trechos acima diz respeito a relevância de referenciar o ativismo e a produção intelectual de negras feministas, reiterando a tendência que busca a história real das ancestralidades negras e indígenas.

bell hooks (1995) reflete que a invisibilidade de obras de intelectuais negras tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico tem relação principalmente com a subordinação sexista que tende a obscurecer e a desvalorizar a perspectiva de mundo das/os afrodescendentes. Uma situação que não protegia intelectuais renomadas, como foi o caso dela, que junto com Angela Davis, conseguiram *enegrecer* o mercado editorial internacional na venda de livros que articulam racismo, sexismo, pobreza, especialmente nos últimos dez anos no Brasil.

A contribuição de Angela Davis na articulação da classe/raça/gênero data dos anos de 1960 com sua participação nas mobilizações antirracista, principalmente nos Estados Unidos da América, no qual sofreu várias retaliações do Estado, chegando a ser uma das presas políticas mais emblemáticas da segunda metade do século XX. Declaradamente marxista e comunista, suas análises têm contribuído enormemente para a academia, mas principalmente para as organizações de mulheres negras, como fica evidente nas falas das entrevistadas. Diz ela:

Ao longo da trajetória da campanha pelos direitos das mulheres, houve a tendência de isolar as questões das mulheres da agenda dos povos oprimidos em razão de sua raça ou nacionalidade e da causa da classe trabalhadora como um todo. Consequentemente, o papel indispensável das mulheres afro-americanas e das mulheres da classe trabalhadora de todas as origens raciais [...] na definição de muitas das estratégias e táticas da campanha pela igualdade feminina foi amplamente omitido dos registros históricos. (DAVIS, 2017, p. 83).

Ao ressaltar a necessidade da participação política das mulheres negras nos processos decisórios, considerando a situação desigual em relação as mulheres brancas de classe média, se pronuncia nos seguintes termos:

Tem sido demasiado comum – tanto ao longo da história quanto na atualidade – que as líderes brancas do movimento de mulheres julguem que, quando nós mulheres negras elevamos nossa voz para falar sobre a tripla opressão que sofremos, nossa mensagem tem uma relevância, quando muito, marginal para suas experiências. Elas presumiram erroneamente que as causas das mulheres podem ser articuladas de modo isolado das questões associadas aos movimentos negro e trabalhador. Suas teorias e práticas frequentemente insinuaram que a contestação mais pura e direta ao sexismo é aquela



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

desprovida de elementos ligados à opressão racial e econômica – como se existisse um fenômeno como a feminilidade abstrata que sofre o sexismo de maneira abstrata e que luta contra ele em um contexto histórico abstrato. [...] Para as mulheres brancas – especialmente aquelas ligadas às classes capitalista e média – é possível alcançar seus objetivos particulares sem assegurar nenhum progresso evidente para suas irmãs racialmente oprimidas e da classe trabalhadora. (DAVIS, 2017, pp. 26–27).

O posicionamento das entrevistadas sobre a estrutura eminentemente patriarcal e racista das câmaras de deputados e de vereadores, destacou questões como a insegurança e o pioneirismo em pautar o racismo e sexismo:

É, [...] aquela situação da gente não se enxergar nas políticas, achar que a política não é pra gente, inclusive eu, eu mesma durante muitos anos não me imaginava no espaço político e imaginava que eu não ia saber o que fazer, rrsrrsrrs. Essa impressão que a gente tem: nossa, quando eu tiver lá não vou saber o que fazer, porque a gente nunca fez isso, então como é que eu vou fazer se eu nunca fiz, se nenhum meu fez, se ninguém da minha família é da política, se ninguém parecido comigo tava lá? Então, isso é algo pra ser refletido, sobre como nos fazem acreditar que a política não é pra nós, quando na verdade nós precisamos mostrar que a política ela tem que ser feita para nós e por nós, porque quem é atingido diretamente pelas políticas públicas que são decididas dentro desses parlamentos são as pessoas negras, as mulheres, as pessoas pobres, então é importante que a gente comece a se enxergar né?! (V.R, ex-deputada federal, 2023).

[...] então quando a gente precisa demarcar que nós somos, olha eu sou uma vereadora amazônica, eu sou uma assistente social amazônica, é justamente pra dizer isso, que a gente tem pautas, que precisam ser pautas visibilizadas e essa questão do território pra mim, foi de um tempo pra cá, ela tem tido uma marca na minha atuação, no que eu penso, no que eu tenho do que eu procuro ler e tudo mais, inclusive ler intelectuais daqui né? que produzem muito, a gente tem muitas professoras, muitos pesquisadores das universidades dessa região que produzem muito e a gente pouco conhece. (G.F., co-vereadora, 2023).

Não havia parlamentar negras que tinham, não eram autodeclaradas, não traziam essa luta pra cá pra câmara, então eu fui a primeira, dizer ah! teve outra, mas não autodeclarada negra e sem pauta com a questão. E hoje, nós temos a que era vereadora Lívia Duarte que hoje é deputada e que traz essa pauta, tem a Gizelle Freitas que é um mandato coletivo, que também traz essa pauta, a Bia Caminha que também traz essa pauta e a Glenda Quaresma que ela diz que ela é negra e tal, mas ela não veio carregando essa demanda sabe. Então hoje eu vejo que já tem mais esse debate de votar na mulher negra, de votar em mulheres a questão da representatividade né, já tem mais. (N.L., vereadora, 2023).

## Considerações Finais

Os dados secundários sobre a representatividade política das mulheres negras têm salientado o crescimento das candidatas e das eleitas em algumas capitais brasileira, como Belém do Pará. Essa realidade deve contribuir para estimular pesquisas concernente a questão, principalmente na produção de conhecimento do Serviço Social, que segundo o levantamento realizado, ainda é tímido embora a participação na política partidária de assistentes sociais em nível nacional, não seja nova. Exemplos como da deputada Luíza Erundina e Benedita da Silva, mulheres oriundas do segmento mais empobrecido da classe trabalhadora, enaltece a categoria



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

profissional que ainda precisa encarar com mais rigor a problematização do imbricamento classe/raça/etnia/patriarcado, uma demanda para qual o projeto “ABEPSS Itinerante: as diretrizes curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos”, tem sido de grande importância conforme tem se observado na Faculdade de Serviço Social da UFPA. As respostas dadas pelas entrevistadas as perguntas acerca da experiência e influência em movimentos sociais, principalmente de mulheres negras, as referências teóricas e políticas e as pautas que evidenciam o enfrentamento do racismo do sexismo, da homo e transfobia, inferem que a luta permanece, mas a resistência se fortalece em uma interlocução intergeracional efetivamente consubstancial.

## Referências

Anuário brasileiro de segurança pública: Violência contra a mulher persiste e cresce em todas as modalidades, indica anuário brasileiro de segurança pública. Disponível: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/violencia-contr-a-mulher-persiste-e-cresce-em-toda-s-as-modalidades-indica-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>. Acessado em 15 ago de 2024.

BENTO, Cida. **O Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.

BRASIL. Censo 2022. Panorama. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39933-censo-2022-populacao-quilombola-e-mais-jovem-do-que-populacao-total-do-pais>. Acessado em 13 de ago de 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen. 2019.

COLLINS, P. H. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: **Feminismos negro una antología**. Edição de Mercedes Fabardo. Traficantes de sueños, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Heci Regina Candiani (Tradução). 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. In: **Tempo**. 2007.

FERRARA, M. **A imprensa negra paulista (1915/1963)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 5, n. 10, mar/ago. 1985.

GONZALEZ, Lélia; HASEMBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. N.16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

HOOKS, B. Intelectuais negras. In: **Estudos Feministas**. N. 2, 1995.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões e senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 3. Ed. 1981.

MOURA, Clóvis. **Imprensa Negra: estudo crítico de Clóvis Moura**. Edição Fac-Similar, 2002.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Paz e Terra, 1978.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

RIOS, F. O protesto negro no Brasil Contemporâneo. In: **Lua Nova**. São Paulo, 85: 41-79, 2012.

SILVA, M. A. M. Um pensamento social negro brasileiro, após os anos 1930. In: **Revista USP**. São Paulo n. 133 p. 47-62 abril/maio/junho 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/199283/183345>